



Caixagest

CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto

2015

Relatório e Contas

RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

De acordo com as últimas projeções divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial registou um crescimento de 3,1% do PIB em 2015, o valor mais baixo dos últimos seis anos. Os países desenvolvidos, por outro lado, terão alcançado o melhor resultado em cinco anos, 2,0%, enquanto que no conjunto de países de economia emergente e em desenvolvimento, se assistiu ao quinto ano consecutivo de moderação, com um crescimento económico de 4,0%, menos 0,6 p.p. do que no ano anterior.

As economias desenvolvidas, sobretudo nos EUA e na União Europeia, prosseguiram uma recuperação cíclica, assente sobretudo na procura interna, e em particular no consumo. O rendimento real das famílias beneficiou da melhoria do mercado de trabalho e da queda dos preços dos bens energéticos. E para além disso, continuou a assistir-se a uma melhoria das condições de financiamento, associadas à manutenção ou reforço dos estímulos monetários, no caso dos EUA, e a uma menor restritividade da política orçamental, no caso da zona Euro.

INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

	PIB (Taxas de variação)		Inflação		Desemprego	
	2014-12	2015-12	2014-12	2015-12	2014-12	2015-12
União Europeia ^(a)	1,4%	1,9%	0,6%	0,0%	11,6%	10,9%
Área do Euro	0,9%	1,6%	0,4%	0,0%	11,8%	11,3%
Alemanha	1,6%	1,7%	0,8%	0,1%	5,0%	4,6%
França	0,2%	1,1%	0,6%	0,1%	10,3%	10,4%
Reino Unido	2,9%	2,3%	1,5%	0,0%	6,1%	5,2%
Espanha	1,4%	3,2%	-0,2%	-0,6%	24,5%	22,1%
Itália	-0,4%	0,8%	0,2%	0,1%	12,7%	11,9%
EUA	2,4%	2,5%	1,6%	0,1%	6,2%	5,3%
Japão	0,0%	0,6%	2,7%	0,7%	3,6%	3,5%
Rússia	0,6%	-3,7%	8,1%	15,9%	5,2%	6,0%
China	7,3%	6,9%	3,9%	1,1%	4,1%	4,1%
Índia	7,3%	7,3%	5,9%	5,3%	n.d.	n.d.
Brasil	0,1%	-3,8%	6,3%	8,9%	4,8%	6,6%

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - janeiro de 2016 – para países não membros da EU
(mm) Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2016 - para a UE e principais Membros
(nn) n.d. – não disponível

As economias emergentes e em desenvolvimento, com destaque para a China, deram um contributo para a economia global menos positivo do que nos anos anteriores. A moderação da atividade deveu-se aos problemas e desequilíbrios em muitas destas economias, tendo resultado no enfraquecimento dos fluxos do comércio internacional, com impacto negativo nos setores industriais das economias desenvolvidas.

Em 2015 registou-se uma queda generalizada dos preços das matérias-primas, com destaque para a descida de 36% da cotação do petróleo. Por este motivo, as pressões desinflationistas sobre a economia mundial continuaram a fazer sentir-se durante todo o ano.

Consistente com o cenário de crescimento e inflação baixos, a atuação dos bancos centrais continuou a ser marcada por políticas monetárias expansionistas. Neste sentido, a Reserva Federal norte-americana postecipou

sucessivamente a decisão do aumento da taxa diretora, facto só que veio a acontecer em dezembro, quando o *Fed* decretou um agravamento de 25 p.b., o primeiro aumento desde 2006.

Zona Euro

De acordo com dados preliminares divulgados pelo Eurostat, a atividade na zona Euro cresceu 1,6% em 2015, primordialmente devido ao contributo do consumo privado, mais 0,6 p.p. do que em 2014. Registaram-se taxas de crescimento positivas em todos os Estados Membros, exceto na Grécia, que contraiu -0,7%. O desempenho das restantes economias periféricas foi positivo, destacando-se o comportamento da Irlanda e, em menor magnitude, de Espanha.

O desemprego na região registou uma redução pelo segundo ano consecutivo. A taxa de desemprego fixou-se em 10,9%, menos 0,7 pontos percentuais do que o registado em 2014. O número de desempregados averbou uma redução de 1,2 milhões de pessoas.

A evolução dos preços da zona Euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma variação média nula (- 0,4 p.p. que o verificado em 2014), reforçando os receios de um prolongado período de inflação muito baixa.

Economia Portuguesa

De acordo com a estimativa do INE, a economia portuguesa registou um crescimento positivo de 1,5% em 2015, +0,6% acima do verificado em 2014. Este crescimento positivo deveu-se uma vez mais ao contributo da procura interna, já que o contributo da balança comercial terá sido negativo, com o aumento das importações a ser superior ao das exportações.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	Taxas de variação (%)		
	2013	2014	2015 (a)
Produto Interno Bruto (PIB)	-1,1%	0,9%	1,5%
Consumo privado	-1,2%	2,2%	2,6%
Consumo público	-2,0%	-0,5%	0,8%
FBCF	-5,1%	5,5%	3,6%
Procura interna ^(b)	-2,0%	2,2%	2,4%
Exportações	7,0%	3,9%	5,1%
Importações	4,7%	7,2%	7,3%
Taxa de inflação (IHPC)	0,3%	-0,3%	0,5%
Rácios			(%)
Taxa de desemprego	16,2%	13,9%	12,4%
Défice do setor público administ. (% do PIB)	-4,8%	-7,2%	-4,2%
Dívida pública (em % do PIB)	129,0%	130,2%	129,1%

Fonte: INE

(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2015, outubro de 2014, exceto quando identificados (*)

(b) Contributo para o crescimento do PIB (pontos percentuais)

As exportações portuguesas de bens e serviços registaram de novo um excelente comportamento, assinalando um novo recorde. O seu valor aumentou 5,1%, para 72,3 mil milhões de euros. Assistiu-se, desta forma, ao sexto ano consecutivo de crescimento, durante os quais as exportações registaram um aumento de 52,3%.

Portugal continuou a mostrar em 2015 capacidade de financiamento externo. Ainda referente ao ano terminado no terceiro trimestre, aquela ascendeu a 1,3% do PIB, inferior em 0,4 p.p. aos níveis registados no final de 2014.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2015, uma taxa de variação média anual de 0,5%, após -0,3% em 2014.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego desceu para 12,4% em 2015, menos 1,5 p.p. face a 2014. O ano encerrou com um valor de 12,2%, o equivalente a uma população desempregada de 633,9 mil indivíduos, o que representa um decréscimo de 9,2% face ao período homólogo.

MERCADOS FINANCEIROS

O desempenho dos mercados financeiros em 2015 foi caracterizado por uma crescente volatilidade, num contexto de incerteza quanto ao crescimento económico global, sobretudo devido à moderação sentida nos países de economia de mercado emergente mais relevantes.

Apesar das sucessivas revisões em baixa do crescimento económico em praticamente todos os blocos e da apreensão quanto aos níveis de inflação extremamente baixos, o reforço das políticas monetárias expansionistas e o adiamento por parte da *Fed* do início do ciclo de subidas, permitiu que a propensão ao risco permanecesse elevada até agosto.

Depois dos meses de verão, assistiu-se a uma acentuada perda de otimismo por parte dos investidores. O ponto de partida correspondeu à decisão por parte do Banco Central da China de decretar uma depreciação da sua taxa de referência cambial face ao dólar. Num ano em que os sinais de moderação da economia chinesa foram crescentes, tal foi interpretado pelos investidores como um sinal de preocupação por parte das autoridades chinesas em relação ao crescimento, para além do impacto negativo que tal decisão teria sobre as exportações de diversos países, nomeadamente da região asiática.

Os mercados financeiros foram ainda pontualmente condicionados por fatores de ordem geo-política. Para além da manutenção das tensões entre a Rússia e a Ucrânia e, da escalada da tensão entre a Rússia e a Turquia, final do ano, desca-se ainda o acordo entre o Irão e as seis potências nucleares ocidentais acerca do programa nuclear iraniano, factor que contribuiu para o excesso de oferta de petróleo.

Mercados obrigacionistas

O reforço das políticas ultra-expansionistas por parte da maioria dos principais bancos centrais, voltou a condicionar os mercados de obrigações em 2015. Genericamente, as taxas de rendibilidade da dívida soberana dos principais blocos económicos conservaram-se em níveis muito baixos.

A *yield* da dívida soberana dos EUA a 10 anos subiu apenas 10 p.b. para 2,27%, o que em termos históricos corresponde a uma variação de pequena dimensão. No caso das maturidades mais curtas, observou-se um movimento gradualmente ascendente pelo quarto ano consecutivo, tendo a taxa a 2 anos registado um aumento de +38,3 p.b. face a 2014, encerrando o ano acima de 1,0%, pela primeira vez desde 2009.

Na zona Euro, o comportamento das taxas de juro foi fortemente determinado pelo programa de aquisição de dívida de longo prazo por parte do BCE. A taxa alemã a 10 anos permaneceu entre 0,075% e 0,945% em 2015, encerrando o ano em 0,63%. A *yield* a 2 anos, por seu lado, transacionou sempre em território negativo, atingindo o mínimo histórico de -0,44%, no início de dezembro.

As taxas da dívida soberana a 10 anos dos países da periferia, acompanharam, de forma geral, a tendência observada na Alemanha. Os prémios de risco mantiveram-se em níveis muito reduzidos, tendo numa maioria de casos atingindo os valores mais baixos desde abril de 2010. O *spread* das taxas a 10 anos portuguesas face às alemãs, comprimiu 26 p.b. para 1,89%. Do conjunto dos países da periferia, apenas a Espanha registou um agravamento da taxa de juro da dívida soberana, com a *yield* dos Bonos a 10 anos a averbar um agravamento de 16 p.b., para 1,77%.

Apesar das incertezas despoletadas pela realização do referendo na Grécia, que na altura levou a taxa da dívida soberana helénica a 10 anos a ultrapassar os 13% (nível que fora observado pela última vez no final de 2012), no cômputo do ano a mesma diminuiu -146 p.b., tendo encerrado em 8,29%.

Mercados acionistas

Após três anos consecutivos de valorização, o mercado de ações mundial, medido pelo índice da Morgan Stanley, registou em 2015 uma perda de 4,3%.

O início de ano foi particularmente positivo para as bolsas europeias e japonesa devido aos estímulos monetários introduzidos pelos respetivos bancos centrais. As taxas de juro registaram novas quedas, contribuindo para que os investidores procurassem ativos mais rentáveis, ainda que com maior risco inerente.

O fulgor sentido começou a desvanecer-se em junho, em função dos crescentes receios quanto ao impacto que o abrandamento da economia chinesa pudesse ter no resto da economia mundial. O índice Shanghai desvalorizou -43,3% entre meados de junho e agosto, o que afetou substancialmente as ações dos blocos emergente e desenvolvido.

Dois outros eventos acentuaram a pressão vendedora nos mercados acionistas durante os meses de verão. Em primeiro lugar, o adiamento do início da normalização da política monetária nos EUA, que levantou receios acerca da conjuntura económica interna. Em segundo lugar, as notícias relacionadas com níveis de emissões de gases poluentes de alguns modelos automóveis.

Diversas questões políticas foram igualmente condicionando o desempenho das ações no decurso de 2015. Na primeira metade do ano, destaca-se a incerteza sobre a situação na Grécia, com a renovada possibilidade deste país abandonar a zona Euro. E para lá deste evento, repetiram-se incidentes de natureza geopolítica idênticos aos observados em anos anteriores, desde renovadas tensões no Médio Oriente, aos novos testes balísticos na Coreia do Norte e as atividades extremistas, das quais se destacam os dois ataques terroristas no coração da capital francesa, Paris.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2014		2015	
	Índice	Varição	Índice	Varição
Dow Jones (Nova Iorque)	17.823,07	7,3%	17.425,03	-2,2%
Nasdaq (Nova Iorque)	4.736,05	13,4%	5.007,41	5,7%
FTSE (Londres)	6.566,09	-2,7%	6.242,32	-4,9%
NIKKEI (Tóquio)	17.450,77	7,1%	19.033,71	9,1%
CAC (Paris)	4.272,75	-0,5%	4.637,06	8,5%
DAX (Frankfurt)	9.805,55	2,7%	10.743,01	9,6%
IBEX (Madrid)	10.279,50	3,7%	9.544,20	-7,2%
PSI-20 (Lisboa)	4.798,99	-26,8%	5.313,17	10,7%

O índice de referência dos EUA, S&P500, obteve pela primeira vez em sete anos uma desvalorização anual de 0,7%, assim como o índice industrial Dow Jones (-2,2%). No caso do índice tecnológico NASDAQ (+5,7%), assistiu-se ao quinto ano sucessivo de valorização, no decurso do qual atingiu, em julho, um novo máximo histórico de 5.219 pontos, 3,4% acima do máximo anterior verificado em setembro de 2000.

Na Europa, depois de uma valorização de 15,1% em 2014, os ganhos atingidos pelo DAX alemão e pelo CAC francês cifraram-se em 9,6% e 8,5%, respetivamente. A praça irlandesa voltou a destacar-se ainda mais pela positiva em 2015, com um ganho, desta feita, de 30%. Apesar de mais modestos, destacam-se também os avanços de 12,7% do Footsie MIB italiano e de 10,7% do PSI20 português, num ano em que, apesar do bom comportamento da economia, o IBEX espanhol caiu 7,2%.

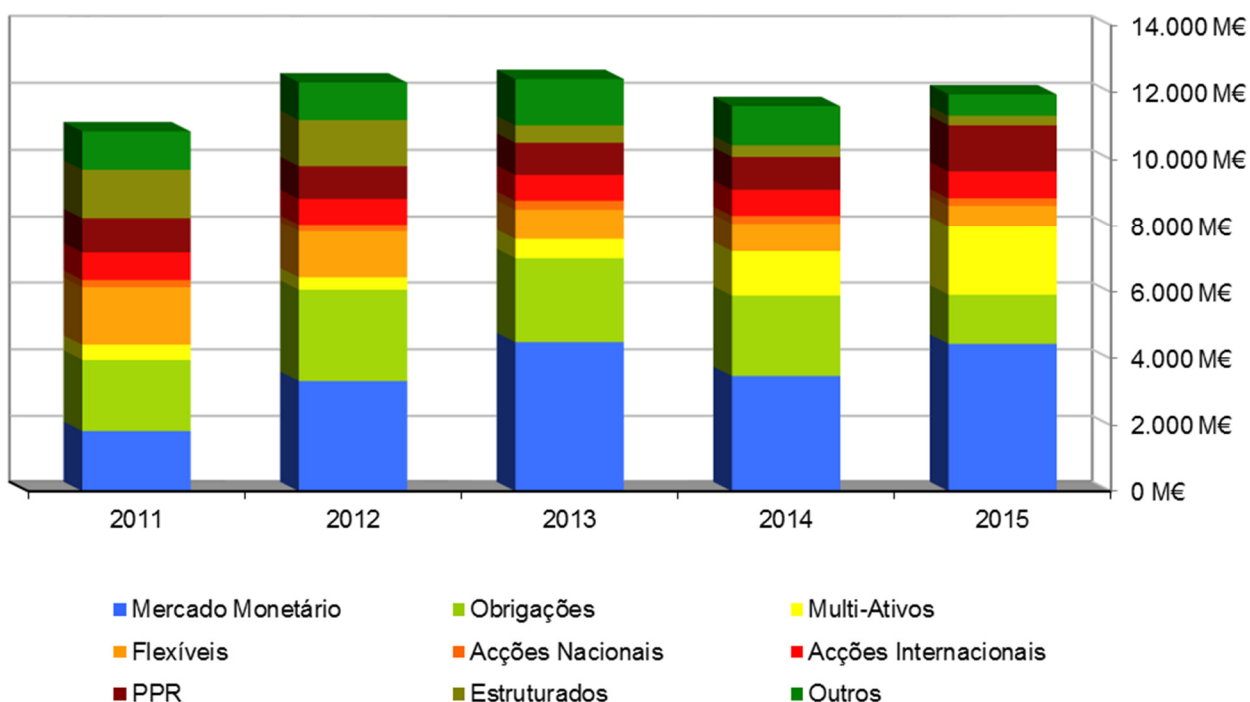
Os índices japoneses Nikkei225 e Topix averbaram valorizações pelo quarto ano sucessivo, de 9,1% e 9,9%, respetivamente. Saliente-se que estes ganhos foram superiores ao registados no ano anterior. Nas economias emergentes, o ano de 2015 foi negativo para as ações. O índice Morgan Stanley para os mercados emergentes averbou perdas pelo terceiro ano consecutivo, ao cair 17%, a queda mais significativa desde 2011.

MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor dos fundos mobiliários geridos por sociedades portuguesas situava-se em 11.937 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento de 3,1% face ao ano anterior. O saldo líquido acumulado das subscrições no valor de 328 milhões de euros, foi positivo.

A categoria de fundos com maior volume sob gestão é a dos fundos de Mercado Monetário Euro com 1.773 milhões de euros, seguida pela dos fundos Multiativos Defensivos com 1.664 milhões de euros e dos fundos PPR com 1381 milhões de euros. Desde o início do ano, os fundos Multiativos Defensivos são os que registaram maior crescimento absoluto dos montantes geridos, com 591 milhões de euros (+55,1%).

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

O número de fundos mobiliários em atividade baixou de 211 para 190 durante o ano, tendo-se verificado o encerramento de 21 fundos, maioritariamente de Capital Garantido e Alternativos, e o lançamento de 7 novos fundos, sobretudo Flexíveis.

No final do ano, as quatro maiores gestoras de fundos mobiliários portuguesas concentravam 85% do mercado e a quota da Caixagest, sociedade líder, atingia os 35,1%.

ATIVIDADE DO FUNDO

Caracterização

O CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto (adiante designado por Fundo) iniciou a sua atividade em 24 de outubro de 2005 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best. O seu objetivo principal é proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos que investem direta ou indiretamente no setor das Energias Renováveis, da Qualidade do Ambiente e das Licenças de Emissão de Carbono.

O Fundo investe nos mercados indicados na sua política de investimentos e o seu património é constituído por unidades de participação de fundos de investimento e de fundos de investimento alternativo, fundos de capital de risco, fundos que investem em licenças de carbono, ações, obrigações e certificados indexados outros valores mobiliários, cujo desempenho esteja associado maioritariamente a projetos relacionados com o setor ambiental. O investimento nestes ativos representa, no mínimo, 60% do valor líquido global do Fundo.

O Fundo beneficia ainda da capacidade e experiência da equipe de gestão, bem como do efeito escala decorrente da dimensão conjunta dos fundos geridos pela Caixagest.

Estratégia

O índice de referência do mercado das empresas de energias renováveis (WilderHill\$) terminou o ano com uma ligeira desvalorização (-1%), em linha com o verificado nos índices acionistas mais generalistas. As licenças de carbono (CERs e EUAs) registaram uma elevada volatilidade ao longo do período e, no final do ano, acabaram com rendibilidades positivas. O mercado das licenças de carbono continua a enfrentar enormes desafios e a sua evolução está dependente, nomeadamente, das medidas políticas tomadas neste domínio pela Comissão Europeia. Os projetos de capital de risco em energias renováveis têm registado uma evolução positiva, apesar das alterações regulatórias que ocorreram na generalidade dos países, e que se traduziram num menor suporte financeiro a este tipo de investimentos.

Durante os meses de novembro e dezembro, a generalidade dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento discutiram, em Paris, formas de combate às alterações climáticas tendo-se alcançado acordos bastante encorajadores para o futuro desta classe de ativos. Foi estabelecido o objetivo de limitar o aquecimento global a menos de dois graus celsius até à segunda metade do século, o que na prática se traduz na não emissão de gases de estufa entre 2030 e 2050.

O Fundo manteve uma exposição elevada a fundos com objetivo de retorno acima do índice de referência, em detrimento de investimentos que evoluem na mesma direção do mercado em que investem (i.e. direcionais). O investimento nestes fundos de retorno absoluto representava 93% da carteira, no início do ano, e 83% no final. A exposição a fundos direcionais, por seu lado, foi alterada de forma dinâmica ao longo do ano, atingido o máximo de aproximadamente 12% no último trimestre de 2015.

Em termos geográficos, o Fundo tem uma exposição maioritária à Península Ibérica, sendo a energia eólica a principal fonte energética (38%), seguida pela energia solar (16%) e pelo investimento em florestas (16%). O Fundo tem ainda uma exposição a licenças de carbono (6%) e a água (6%).

Avaliação do Desempenho

Em 31 de dezembro de 2015, o valor líquido global do fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 12.490.698,48 euros, repartidos por 2.441.690,0000 unidades de participação, detidas por 1.014 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo teve uma rentabilidade de - 4,66% e uma volatilidade de 3,67% (classe de risco 3).

Dados Históricos

Valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	34.773.207,84	6.543.096,0000	5,3145 €	4,28%	3
2007	51.407.498,16	8.657.650,0000	5,9378 €	12,75%	4
2008	45.029.355,76	8.676.274,0000	5,1899 €	- 12,07%	3
2009	42.033.925,70	7.679.767,0000	5,4733 €	6,36%	3
2010	37.458.086,90	6.535.253,0000	5,7317 €	4,13%	2
2011	28.527.389,34	5.152.725,0000	5,5364 €	- 4,20%	4
2012	21.654.679,59	3.908.608,0000	5,5403 €	0,97%	4
2013	17.025.432,20	3.235.736,0000	5,2617 €	- 5,11%	3
2014	14.774.667,95	2.753.293,0000	5,3662 €	1,90%	3
2015	12.490.698,48	2.441.690,0000	5,1156 €	- 4,66%	3

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). A Rendibilidade e a Classe de Risco referem-se aos últimos doze meses.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo)

Valores em euros

	2012	2013	2014	2015
Proveitos	2.942.926	1.985.514	3.514.202	3.576.454
Custos	2.877.866	2.938.430	3.222.677	4.230.609
Resultado Líquido	65.059	-952.916	291.524	-654.155

Custos suportados pelo fundo	2012	2013	2014	2015
- Impostos	87.899	166.023	352.389	935.419
- Comissão de Gestão	322.778	264.504	220.337	170.982
- Comissão de Gestão variável	0	0	0	0
- Outras Comissões	0	0	0	0
- Comissão de Depósito	23.056	18.893	15.738	12.213
- Comissões e Taxas indiretas	463.747	386.360	320.524	265.315
- Taxa de Supervisão	8.602	6.713	5.621	4.852
- Custos de Auditoria	3.129	3.129	3.075	3.690
- Custos de Transação	10	38	0	0

Custos suportados pelos participantes	2012	2013	2014	2015
- Comissões de Subscrição	0	0	0	0
- Comissões de Resgate	50	0	0	0

As comissões de subscrição e de resgate constituem proveito do próprio fundo, desde 7 de outubro de 2013.

A secção seguinte inclui as Demonstrações Financeiras e as respetivas Notas, que apresentam com maior detalhe os valores do património do Fundo, dos títulos em carteira e das mais ou menos valias dos investimentos, bem como os diversos custos suportados pelo Fundo.

26 de fevereiro de 2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

Código	ATIVO	Notas	31.12.2015			31.12.2014		Código	CAPITAL E PASSIVO	Notas	31.12.2015	31.12.2014	
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido						
	OUTROS ATIVOS							CAPITAL DO FUNDO					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM		-	-	-	-	61	Unidades de Participação	1	12,208,450	13,766,465		
33	Ativos Intangíveis das SIM		-	-	-	-	62	Variações patrimoniais	1	(106,207)	(34,407)		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS DAS SIM		-	-	-	-	64	Resultados transitados	1	1,042,610	751,085		
	CARTEIRA DE TÍTULOS						65	Resultados distribuídos		-	-		
21	Obrigações		-	-	-	-	67	Dividendos antecipados		-	-		
22	Ações		-	-	-	-	66	Resultado Líquido do Exercício	1	(654,155)	291,524		
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-		TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		12,490,698	14,774,668		
24	Unidades de Participação	3	11,083,459	3,622,290	(1,774,375)	12,931,374	15,218,251						
25	Direitos		-	-	-	-		PROVISÕES ACUMULADAS					
26	Outros Instrumentos de dívida		-	-	-	-		481	Provisões para encargos	7	-	84,799	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		11,083,459	3,622,290	(1,774,375)	12,931,374	15,218,251		TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS		-	84,799	
	OUTROS ATIVOS								TERCEIROS				
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-	421	Resgates a pagar aos participantes		-	-	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS		-	-	-	-	-	422	Rendimentos a pagar aos participantes		-	-	
	TERCEIROS							423	Comissões a pagar	17	14,092	19,369	
411+...+418	Contas de devedores		-	-	-	-	-	424+...+429	Outras contas de credores	17	478,523	353,827	
	TOTAL DE VALORES A RECEBER		-	-	-	-	-	43+12	Empréstimos obtidos		-	-	
	DISPONIBILIDADES							44	Pessoal		-	-	
11	Caixa		-	-	-	-	-	46	Acionistas		-	-	
12	Depósitos à ordem	3	51,939	-	-	51,939	14,410		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		492,615	373,195	
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	-		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
14	Certificados de depósito		-	-	-	-	-	55	Acréscimos de custos		-	-	
18	Outros meios monetários		-	-	-	-	-	56	Receitas com proveito diferido		-	-	
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		51,939	-	-	51,939	14,410	58+59	Outros acréscimos e diferimentos		-	-	
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		-	-	
51	Acréscimos de Proveitos		-	-	-	-	-						
52	Despesas com custo diferido		-	-	-	-	-						
53+58+59	Outros acréscimos e diferimentos		-	-	-	-	-						
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		-	-	-	-	-						
	TOTAL DO ATIVO		11,135,398	3,622,290	(1,774,375)	12,983,313	15,232,662		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		12,983,313	15,232,662	
	Número total de unidades de participação em circulação	1				2,441,690	2,753,293		Valor unitário da unidade de participação	1	5.1156	5.3662	

Abreviaturas: MV - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões.

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

Código	CUSTOS E PERDAS	Notas	31.12.2015	31.12.2014	Código	PROVEITOS E GANHOS	Notas	31.12.2015	31.12.2014
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
	Juros e Custos Equiparados					Juros e Proveitos Equiparados			
711+...+718	De Operações Correntes	5	33	-	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		-	-
719	De Operações Extrapatrimoniais		-	-	811+814+817+818	De operações correntes	5	1	357
					819	De operações extrapatrimoniais		-	-
	Comissões e Taxas					Rendimentos de títulos e outros ativos			
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		-	-	822+...+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		-	-
724+...+728	Outras operações correntes	5	188,059	241,696	829	De operações extrapatrimoniais		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais		-	-		Ganhos em operações financeiras			
					832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	5	2,999,031	3,459,081
	Perdas em Operações Financeiras				831+838	De operações correntes		-	-
732+733	Na carteira de Títulos e Outros Ativos	5	2,610,878	2,103,522	839	Em operações extrapatrimoniais	5	94	110
731+738	Outras Operações Correntes		-	-		Reposição e Anulação de Provisões			
739	De Operações Extrapatrimoniais		1	-	851	Provisões para encargos	7	577,328	54,654
					87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		-	-
	Impostos					TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		3,576,454	3,514,202
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	9	932,715	352,389		Outros Proveitos e Ganhos das SIM		-	-
7412+7422	Impostos Indiretos	9	2,703	-	89			-	-
7418+7428	Outros Impostos		-	-		TOTAL DE OUTROS PROVEITOS E GANHOS DAS SIM (D)		-	-
	Provisões do exercício								
751	Provisões para encargos	7	492,529	139,453					
77	Outros Custos e Perdas		3,691	3,075					
					881	PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		4,230,609	2,840,135	882	Recuperação de Incobráveis		-	-
					883	Ganhos Extraordinários		-	-
79	Outros Custos e Perdas das SIM		-	-	888	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-
						Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS DAS SIM (C)		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)		-	-
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS								
781	Valores Incobráveis		-	-					
782	Perdas Extraordinárias		-	-					
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	382,543					
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)		-	382,543					
63	Impostos sobre o rendimento do exercício		-	-					
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)		-	291,524	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		654,155	-
	TOTAL		4,230,609	3,514,202		TOTAL		4,230,609	3,514,202
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos e outros ativos		388,153	1,355,560	F - E	Resultados eventuais		-	(382,543)
8x9 - 7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		93	110	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		278,560	643,913
B - A	Resultados correntes		(654,155)	674,067	B + D + F - A - C - E - 63	Resultado líquido do período		(654,155)	291,524

FUNDO DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>			
Recebimentos:			
Subscrições de unidades de participação		17,499	5,998
Pagamentos:			
Resgates de unidades de participação		(1,647,313)	(2,548,287)
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo		<u>(1,629,814)</u>	<u>(2,542,289)</u>
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>			
Recebimentos:			
Vendas de títulos e outros ativos		-	3,039,198
Resgates de unidades de participação noutros OIC		7,117,275	2,229,636
Pagamentos:			
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		(4,442,245)	(2,517,414)
Outras taxas e comissões		(12)	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		<u>2,675,018</u>	<u>2,751,420</u>
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>			
Recebimentos:			
Juros de depósitos bancários		-	266
Pagamentos:			
Juros devedores de depósitos bancários		(33)	-
Comissão de gestão		(175,843)	(223,162)
Comissão de depósito		(12,560)	(15,940)
Impostos e taxas		(815,949)	(81,645)
Custos de auditoria		(3,383)	(3,102)
Fluxo das operações de gestão corrente		<u>(1,007,768)</u>	<u>(323,583)</u>
Saldo dos fluxos monetários do período		37,436	(114,452)
Efeito das diferenças de câmbio		93	109
Depósitos à ordem no início do período	3	14,410	128,754
Depósitos à ordem no fim do período	3	<u>51,939</u>	<u>14,410</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (adiante igualmente designado por “Fundo”) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de setembro de 2005, tendo iniciado a sua atividade em 24 de outubro de 2005.

Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objetivo proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos associados, direta e indiretamente, às Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Ativos “carbon”.

Neste âmbito, o seu património será composto por unidades de participação de fundos de investimento em valores mobiliários e fundos de investimento alternativo, por fundos de capital de risco, por fundos “carbon”, por ações, por obrigações, por certificados indexados a índices ou a fundos de investimento, e por outros valores mobiliários cujo desempenho esteja associado maioritariamente a projetos ou ativos relacionados com o sector das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Ativos “carbon”.

A título acessório, o Fundo pode ainda investir em Fundos de Mercado Monetário, Bilhetes do Tesouro, Papel Comercial, Certificados de Depósito e Depósitos Bancários denominados em euros, na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate de unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo.

O Fundo investirá o seu património em ativos financeiros emitidos, originados e transacionados em mercados de países da UE ou membros da OCDE, sendo que o Fundo poderá também investir a título acessório em países distintos dos anteriores. O Fundo poderá investir em mercados regulamentados e não regulamentados. O Fundo pode investir em fundos sedeados off-shore.

Devido à natureza dos investimentos efetuados, o Fundo poderá estar exposto ao risco de flutuações nas taxas de câmbio. Por norma será efetuada a cobertura do risco cambial, no entanto poderá pontualmente ser equacionada a não cobertura do risco cambial de parte ou da totalidade dos investimentos efetuados em moeda diferente do Euro.

O processo de cobertura de risco cambial poderá ser efetuado através da utilização de derivados (futuros, opções, Swaps, bem como através do processo de hedging natural.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

- Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respetivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do período na rubrica “Impostos sobre o rendimento” (Nota 9).

- Valorização da unidade de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente para efeitos internos. Para efeitos de divulgação o valor da unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de dia 21 não ser um dia útil) e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O momento de referência para a determinação dos preços aplicáveis e da composição da carteira, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, ocorrerá às 17 horas (hora de Portugal continental).

As subscrições e os resgates têm uma periodicidade mensal. Os pedidos de subscrição são efetuados a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um ou dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual foi efetuada a subscrição, e pelo respetivo débito da sua conta.

Os pedidos de resgate são igualmente efetuados a preço desconhecido, podendo o participante ter de aguardar um ou dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual foi efetuado o resgate, e pelo crédito correspondente em conta, continuando nesse período a estar exposto ao risco do Fundo.

- Carteira de títulos

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- a) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- b) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- c) Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.
- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor de oferta de compra firme de entidades financeiras credíveis, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado o valor médio das ofertas de compra, difundidas pelos meios de informação especializados. Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade responsável pela gestão, desde que:
 - i. A data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
 - ii. Distanto a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor de oferta de compra ou venda firme (consoante se trate, respetivamente, de posições longas ou curtas) de entidades financeiras credíveis, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate, respetivamente, de posições longas ou curtas),

difundidas pelos meios de informação especializados. Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
- a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;
 - b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
 - i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
 - ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
 - iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
 - c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respectiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe também divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respetivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

- Comissão de Gestão, de Depositário e Outros Encargos

A título de remuneração de serviços a si prestados, o Fundo pagará à entidade gestora uma comissão nominal fixa anual de 1,40%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo), sendo liquidada mensal e postecipadamente.

A título de remuneração de serviços a si prestados, o Fundo pagará à entidade depositária uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo), sendo liquidada mensal e postecipadamente.

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suportará os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

O Fundo pagará à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o mais recente valor líquido global apurado no final de cada mês.

Para além das comissões cobradas no âmbito do Fundo são cobradas ainda as comissões de gestão fixas nos fundos participados.

O valor cumulativo e ponderado de todas as comissões fixas passíveis de serem apuradas não pode representar mais de 4% do valor líquido global do fundo. Excluem-se desta percentagem as comissões de gestão variável, cobradas por alguns fundos de investimento ou outros valores mobiliários equiparáveis em que o Fundo investe e que pode atingir em valor absoluto 30% da rentabilidade obtida por esses fundos acima da sua rentabilidade objetivo.

O Fundo suportará ainda, caso sejam devidas, as comissões de subscrição e de resgate das unidades de participação dos fundos selecionados para o investimento, exceto quando se tratarem de fundos de investimento ou outros valores mobiliários equiparáveis geridos por entidades que se encontrem em relação de domínio ou de Grupo com a entidade gestora.

Eventuais acordos sobre outros ganhos de natureza pecuniária, distintos dos ganhos decorrentes da política de investimentos do Fundo revertem obrigatoriamente para o Fundo.

- Política de distribuição de rendimentos

O Fundo não distribui rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na sua totalidade.

- Regime Fiscal aplicável até 30.06.2015

Rendimentos obtidos em território português, que não sejam mais-valias

Os juros das obrigações e dos depósitos bancários estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 28%. Nos casos de rendimentos não sujeitos a retenção na fonte, a tributação é autónoma, à taxa de 25%, incidente sobre o respetivo valor líquido obtido em cada ano. Os rendimentos respeitantes a unidades de participação em Fundos que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos de tributação.

Rendimentos obtidos fora do território português, que não sejam mais-valias

Tratando-se de rendimentos de títulos de dívida e de rendimentos provenientes de fundos de investimento constituídos no estrangeiro, a tributação é autónoma, à taxa de 20%. Para rendimentos de outra natureza, aplica-se a taxa de 25%.

Mais-valias obtidas em território português ou fora dele

A diferença positiva entre as mais e menos valias obtidas em cada ano é tributada, autonomamente, à taxa de 25%.

Alteração da política contabilística relativamente ao apuramento das mais-valias potenciais

Para efeitos do apuramento do imposto devido sobre valias potenciais, o Fundo aplicou a regra prevista no Regulamento n.º 1/2013 da CMVM: “Por uma questão de prudência, e com o intuito de evitar variações abruptas no valor da unidade de participação nos OIC, as novas regras de reconhecimento de imposto sobre as valias potenciais serão apenas aplicáveis às que sejam geradas a partir de 1 de abril de 2013, utilizando como referência o valor pelo qual se encontram inscritos os ativos nas carteiras dos OIC àquela mesma data”. Em 2015, dado o fato de que da aplicação do regulamento resultarem distorções significativas, foi definido pela Sociedade Gestora a aplicação das regras fiscais por forma a expressar aos investidores o passivo de imposto real à data.

- Novo regime fiscal aplicável a partir de 01.07.2015

A partir de 1 de Julho de 2015, o Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual;

O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados a aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente

em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

NOTA 1 - CAPITAL DO FUNDO

O Património do Fundo é constituído por unidades de participação, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2015 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2014	Subscrições	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 31.12.2015
Valor base	13.766.465	16.750	(1.574.765)	-	-	12.208.450
Diferença para o valor base	(34.407)	748	(72.548)	-	-	(106.207)
Resultados acumulados	751.085	-	-	291.525	-	1.042.610
Resultado líquido do exercício	291.524	-	-	(291.524)	(654.155)	(654.155)
	<u>14.774.668</u>	<u>17.498</u>	<u>(1.647.313)</u>	<u>1</u>	<u>(654.155)</u>	<u>12.490.698</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>2.753.293</u>	<u>3.350</u>	<u>(314.953)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.441.690</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,3662</u>	<u>5,2233</u>	<u>5,2303</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,1156</u>

O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre dos exercícios de 2013 a 2015 é apresentado da seguinte forma:

Ano	Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
2015	Março	14.379.398	5,4114	2.657.240
	Junho	13.319.030	5,1109	2.605.993
	Setembro	12.829.798	5,0719	2.529.589
	Dezembro	12.490.698	5,1156	2.441.690
2014	Março	16.240.051	5,2506	3.092.985
	Junho	15.688.441	5,2418	2.992.943
	Setembro	15.046.338	5,2607	2.860.127
	Dezembro	14.774.668	5,3662	2.753.293
2013	Março	19.569.245	5,4892	3.565.058
	Junho	18.436.682	5,3931	3.418.577
	Setembro	17.517.493	5,2472	3.338.444
	Dezembro	17.025.432	5,2617	3.235.736

O número de participantes em função do valor líquido global do fundo à data de 31 de dezembro de 2015 detalha-se da seguinte forma:

<u>Escalões</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
0.5%<=Ups<2%	9	7
Ups<0.5%	1.005	1.131
	<u>1.014</u>	<u>1.138</u>

NOTA 2 – VOLUME DE TRANSACÇÕES

Durante os exercícios de 2015 e 2014, o volume de transações efetuadas pelo fundo, por tipo de valor mobiliário, são os que conforme se seguem:

	2015					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Unidades de Participação	-	4.442.245	-	7.117.275	-	11.559.520
Total	-	4.442.245	-	7.117.275	-	11.559.520

	2014					
	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Unidades de Participação	-	2.517.414	3.039.198	2.229.636	3.039.198	4.747.050
Total	-	2.517.414	3.039.198	2.229.636	3.039.198	4.747.050

Subscrições e Resgates

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o participante ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

No resgate de unidades de participação será cobrada ao participante uma comissão destinada a cobrir os custos de resgate. Esta comissão será deduzida do montante resgatado, variando em função dos prazos de detenção das unidades de participação, nos termos seguintes:

- 0,0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias;
- 1,5% até 365 dias.

Quando o participante for um fundo de fundos administrado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., não há lugar ao pagamento desta comissão. Adicionalmente, não são cobradas comissões de subscrição.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação inscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não foram cobradas quaisquer comissões de subscrição ou resgate aos participantes.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o valor das subscrições e dos resgates foram os seguintes:

	Valor	
	2015	2014
Subscrições	17.498	5.998
Resgates	<u>1.647.313</u>	<u>2.548.287</u>

NOTA 3 - CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros Corridos	Soma
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliadas em Portugal						
FEI CX F. MONETARIO	581.911	118	-	582.028	-	582.028
CXG LIQUIDEZ	1.248.803	1.283	-	1.250.085	-	1.250.085
Luso Carbon Fund	1.187.849	-	(578.357)	609.492	-	609.492
FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	388.657	-	1.788.657	-	1.788.657
	<u>4.418.562</u>	<u>390.057</u>	<u>(578.357)</u>	<u>4.230.262</u>	-	<u>4.230.262</u>
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados num Estado-membro da UE						
PF - WATER I	579.704	56.759	-	636.463	-	636.463
NOVEENERGIA II 2010	4.322.385	3.175.474	-	7.497.859	-	7.497.859
IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.808	-	(1.196.018)	566.791	-	566.791
	<u>6.664.897</u>	<u>3.232.233</u>	<u>(1.196.018)</u>	<u>8.701.112</u>	-	<u>8.701.112</u>
	<u>11.083.459</u>	<u>3.622.290</u>	<u>(1.774.375)</u>	<u>12.931.374</u>	-	<u>12.931.374</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o exercício de 2015 foi o seguinte:

	Saldo Inicial 31.12.2014	Aumento	Reduções	Saldo Final 31.12.2015
Depósitos à ordem	14.410	----	----	51.939
	<u>14.410</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.939</u>

---- Dada a natureza da rubrica, não foi efetuada a decomposição por aumentos e reduções.

Em 31 de dezembro de 2015, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos e são remunerados a 80% da Euribor a 1 mês/Base 360 dias.

A rubrica de depósitos à ordem por moeda divide-se da seguinte forma:

	Moeda original	Saldo em Euros	Moeda original	Saldo em Euros
	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2014
Depósitos à ordem				
EUR	50.799	50.799	13.363	13.363
USD	994	916	994	822
AUD	334	224	334	226
		<u>51.939</u>		<u>14.410</u>

NOTA 4 - CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

Com referência a 31 de dezembro de 2015, o Fundo tem em carteira unidades de participação.

Para a valorização das unidades de participação dos fundos que compõem a carteira será considerado o último valor verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters. No caso das unidades de participação serem negociadas em mais do que um mercado regulamentado, as mesmas são

valorizadas ao preço praticado no mercado onde as mesmas são normalmente transacionadas pela entidade responsável pela gestão. Na impossibilidade da aplicação dos critérios anteriores, as unidades de participação serão valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora no dia da valorização do fundo.

O critério de valorimetria de saída é o FIFO.

NOTA 5 – COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de proveitos têm a seguinte composição:

	2015							
	Ganhos de Capital			Ganhos com Cárcer de Juro			Rendimento de	
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Juros vencidos	Juros decorridos	Total	titulos	Total
Operações à vista:								
Unidades de participação	1.159.769	1.839.262	2.999.031	-	-	-	-	2.999.031
Outros instrumentos da dívida	1	-	1	-	-	-	-	1
Depósitos	-	-	-	1	-	1	-	1
Operações cambiais à vista	-	94	94	-	-	-	-	94
	1.159.770	1.839.356	2.999.125	1	-	1	-	2.999.127

	2014							
	Ganhos de Capital			Ganhos com Cárcer de Juro			Rendimento de	
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Juros vencidos	Juros decorridos	Total	titulos	Total
Operações à vista:								
Unidades de participação	2.019.521	1.439.560	3.459.081	-	-	-	-	3.459.081
Depósitos	-	-	-	357	-	357	-	357
Operações cambiais à vista	-	110	110	-	-	-	-	110
	2.019.521	1.439.670	3.459.191	357	-	357	-	3.459.548

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de custos têm a seguinte composição:

	2015						
	Perdas de Capital			Juros e comissões suportados			
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total valias	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Total de juros e comissões	Total
Operações à vista:							
Unidades de participação	2.051.172	559.706	2.610.878	-	-	-	2.610.878
Depósitos	-	-	-	33	-	33	33
Comissões:							
De gestão	-	-	-	170.982	-	170.982	170.982
De depósito	-	-	-	12.213	-	12.213	12.213
Taxa de supervisão	-	-	-	4.852	-	4.852	4.852
Outras comissões	-	-	-	12	-	12	12
	2.051.172	559.706	2.610.878	188.092	-	188.092	2.798.970

	2014						
	Perdas de Capital			Juros e comissões suportados			
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total valias	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Total de juros e comissões	Total
Operações à vista:							
Unidades de participação	2.103.108	414	2.103.522	-	-	-	2.103.522
Comissões:							
De gestão	-	-	-	220.337	-	220.337	220.337
De depósito	-	-	-	15.738	-	15.738	15.738
Taxa de supervisão	-	-	-	5.621	-	5.621	5.621
	2.103.108	414	2.103.522	241.696	-	241.696	2.345.218

NOTA 7 – PROVISÕES

O valor registado a 31 de dezembro de 2014 na rubrica "Provisões para Encargos" correspondia ao valor apurado de imposto sobre as valias potenciais, tendo em consideração o disposto no regulamento nº 1/2013 da CMVM.

Em 2015, com a aplicação do artigo 7º do Decreto-Lei nº 7/2015, o regime transitório estabelece que as mais-valias e menos-valias dos títulos, adquiridos até 30 de Junho de 2015 são apuradas e tributadas nos termos do anterior regime, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado à data de 30 de Junho de 2015

O imposto passivo calculado no âmbito do regime transitório, no montante de 475.314 Euros, encontra-se registado na rubrica de "Outras Contas de Credores - Estado e Outros Entes Públicos" (Nota 17), devendo o respetivo imposto ser entregue através de declaração Modelo 22 correspondente ao período em que os ativos sejam resgatados, reembolsados, amortizados, liquidados.

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante o exercício de 2015 detalha-se da seguinte forma:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>	<u>30.06.2015</u>
Provisão para Encargos	84.799	492.529	577.328	0
	<u>84.799</u>	<u>492.529</u>	<u>577.328</u>	<u>0</u>

NOTA 9 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

No exercício decorrido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Impostos" da demonstração dos resultados apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Impostos sobre o rendimento pagos em Portugal:</u>		
Mais Valias	932.715	322.300
Juros	-	100
Outros rendimentos	-	29.989
	<u>932.715</u>	<u>352.389</u>
<u>Impostos indiretos pagos em Portugal:</u>		
Imposto de selo	2.703	-
	<u>2.703</u>	<u>-</u>
	<u>935.418</u>	<u>352.389</u>

NOTA 11 - EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2015, o Fundo detinha os seguintes ativos/(passivos) expressos em moeda estrangeira:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Moeda</u>	<u>Valor Global</u>	<u>Valor Global</u>
USD	994	994
AUD	334	334
Contravalor em Euros	<u>1.140</u>	<u>1.047</u>

NOTA 15 - CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 apresentam o seguinte detalhe:

Custos	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo (*)	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo (*)
Comissão de gestão fixa	170.982	1,2559%	220.337	1,4001%
Comissão de depósito	12.213	0,0897%	15.738	0,1000%
Outras Comissões	-	0,0000%	-	0,0000%
Taxa de supervisão	4.852	0,0356%	5.621	0,0357%
Custos de Auditoria	3.690	0,0271%	3.075	0,0195%
Outros Custos Correntes	-	0,0000%	-	0
Comissões Indiretas	265.315	1,9488%	320.524	2,0367%
	<u>457.052</u>		<u>565.296</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	13.614.112		15.737.083	
Taxa de Encargos Correntes (TEC)	3,3571%		3,5921%	

(*) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência

As comissões e taxas indiretas decompõem-se da seguinte forma:

Fundos	Moeda	Comissões Indiretas
FEI CX F. MONETARIO	EUR	281
CXG LIQUIDEZ	EUR	3.954
Luso Carbon Fund	EUR	25.596
FLORESTA ATLÂNTICA	EUR	46.622
PF - WATER I	EUR	6.684
NOVEENERGIA II 2010	EUR	170.321
IMPAX NEW ENERGY FUN	EUR	11.859
		<u>265.315</u>

O cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

NOTA 17 – OUTROS

Terceiros (Passivo)

As rubricas de terceiros do passivo detalham-se da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
<u>Comissões a Pagar</u>		
Entidade Gestora - CXG	12.803	17.664
Entidade Depositária	914	1.262
CMVM	<u>375</u>	<u>443</u>
	<u>14.092</u>	<u>19.369</u>

Outras Contas de Credores

Estado e Outros Entes Públicos	476.678	352.287
Outros valores a pagar	<u>1.844</u>	<u>1.540</u>
	<u>478.523</u>	<u>353.827</u>
	<u>492.615</u>	<u>373.196</u>

O valor registado em “Estado e Outros Entes Públicos” inclui 475.314 Euros correspondentes ao imposto passivo calculado em 30 de junho de 2015 no âmbito do regime transitório definido pelo artigo 7º do Decreto-Lei nº 7/2015 (Nota 7).

NOTA 18 – CUSTOS E EFETIVO DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SOCIEDADE GESTORA

Dando cumprimento ao exigido do n.º2 do art.º 161 do RGOIC, apresenta-se de seguida o montante total de remunerações do exercício de 2015 suportadas pela sociedade gestora (Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.):

	<u>31.12.2015</u>
<u>Remunerações:</u>	
Órgãos sociais	245.658
Empregados	<u>3.056.399</u>
	<u>3.302.057</u>
<u>Nº Colaboradores remunerados</u>	
Órgãos sociais	4
Empregados	<u>74</u>
	<u>78</u>

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a política contabilística do fundo conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeiras, os investimentos em outros fundos de investimento para os quais não está disponível valorização em mercado ativo, são valorizadas na data em que a Unidade de Participação do Fundo é divulgada à CMVM ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora.

Sempre que a Sociedade Gestora obtém informação atualizada com referência a 31 de Dezembro, a mesma é considerada e refletida no valor da Unidade de Participação do Fundo.

Caso tivesse sido considerada a informação entretanto tornada disponível até à data das demonstrações financeiras, o efeito no Valor Líquido Global do Fundo seria positivo em 54.482 Euros (0,4% do VLG).

Relatório de Auditoria Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Anual

Introdução

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do n.º 1 do artigo 131.º e do n.º 1 do artigo 160.º do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei nº 16/2015, de 24 de Fevereiro, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, do **Caixagest Energias Renováveis - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto**, gerido pela entidade gestora Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 12.983.313 euros e um total de capital do fundo de 12.490.698 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 654.155 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da entidade gestora - Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do fundo, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação;
 - b) a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo, nomeadamente no que se refere às políticas de investimentos e de distribuição dos resultados;
 - c) a verificação da adequada avaliação dos valores do fundo (em especial no que se refere a valores não cotados em mercado regulamentado e a derivados negociados fora de mercado regulamentado);
 - d) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - e) a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizados fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respetiva regulamentação;
 - f) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do fundo;
 - g) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - h) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - i) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Caixagest Energias Renováveis - Fundo de Investimento Alternativo Mobiliário Aberto**, gerido pela entidade gestora Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião do parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - a) Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para a seguinte situação: De acordo com o nº 2 do Artigo 218 do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, publicado pela Lei nº. 16/2015, de 24 de Fevereiro, os investimentos em unidades de participação de dois fundos de investimento imobiliário são considerados elegíveis para investimento por parte de fundos de investimento alternativos mobiliários, até um limite de 10% do valor líquido global. Em 31 de Dezembro de 2015, o Fundo detinha em carteira o montante de aproximadamente 1,788 milhões de euros (14,32% do valor líquido global do Fundo) investidos neste tipo de ativos, pelo que a Sociedade Gestora deverá regularizar esta situação logo que possível
 - b) Em 31 de dezembro de 2015, o fundo detinha em carteira cerca de 1.176 milhões de euros (9,42% do valor líquido global do Fundo) investido em unidades de participação de dois Fundos de investimento, cujos relatórios de auditoria disponíveis incluíam parágrafos

de ênfase relacionados com a metodologia de valorização dos principais ativos detidos por esses fundos, os quais, na ausência de dados de mercado observáveis foram valorizados através de modelos teóricos desenvolvidos por parte das entidades gestoras.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de abril de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)